



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

**Avaliação Ambiental Estratégica do
Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 de
Portugal - Continente**

Versão Final

Documento 1 - Resumo Não-Técnico

Trabalho realizado pelo Instituto Superior Técnico no âmbito de um contrato com o
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Lisboa, 27 de Junho de 2007

Índice

| | |
|--|----------|
| Índice..... | i |
| Resumo Não Técnico..... | 1 |
| 1. O que é o PDRc? | 1 |
| 2. O que é a AAE? | 3 |
| 3. Método usado na AAE do PDRc | 4 |
| 4. Síntese da caracterização da situação de referência..... | 5 |
| 5. Quais os resultados da AAE do PDRc? | 10 |
| 6. Conclusões e sugestões | 20 |

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
RESUMO NÃO TÉCNICO
VERSÃO FINAL

Resumo Não Técnico¹

1. O que é o PDRc?

A presente avaliação permitiu analisar ao nível dos temas ambientais assumidos como relevantes os efeitos ambientais do Programa de Desenvolvimento Rural (PDRc) 2007-2013 do Continente. Este define as medidas e correspondentes acções e subacções, que permitirão alcançar os objectivos do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PEN) 2007-2013. No seu espírito geral, o documento pretende criar condições estruturais ou incentivar os agentes a executarem políticas de desenvolvimento sustentável nas zonas rurais do país.

Desta forma, o PEN define três Objectivos Estratégicos, voltados para o desenvolvimento rural, que são:

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Valorizar os espaços rurais e os recursos naturais de forma sustentável;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

Estes são complementados por dois Objectivos Transversais, tidos como desígnios nacionais:

- Reforçar a coesão territorial e social;
- Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

Assim, há quatro eixos nos quais assenta a acção, cada qual com as suas prioridades, conforme ilustra a Tabela 1.

| | Eixo I | Eixo II | Eixo III | Eixo IV |
|--------------------|---|--|--|--|
| Nome | Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal | Melhoria do ambiente e da paisagem rural | Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural | LEADER |
| Prioridades | <p>Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano;</p> <p>Promover a inovação;</p> <p>Reestruturar e desenvolver o potencial físico;</p> <p>Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas.</p> | <p>Protoger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras;</p> <p>Protoger os recursos hídricos e o solo;</p> <p>Contribuir para a atenuação das alterações climáticas;</p> <p>Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas.</p> | <p>Diversificar a economia rural;</p> <p>Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais;</p> <p>Desenvolver competências nas zonas rurais.</p> | <p>Valorizar o potencial de desenvolvimento local;</p> <p>Melhorar a governança local.</p> |

Tabela 1 – Prioridades de cada Eixo do PEN.

¹ Referente à alínea j) do Anexo I da Directiva 2001/42/CE.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
RESUMO NÃO TÉCNICO
VERSÃO FINAL

O PDRc define, então, medidas para cada eixo e acções por forma a concretizar cada medida, com diferentes resoluções espaciais. Define também os principais indicadores a serem tidos em conta para garantir o cumprimento de cada objectivo. O esquema foi desenvolvido em cascata, isto é, os objectivos específicos de um determinado nível servem de referência (ou seja, correspondem ao objectivo global) ao nível imediatamente inferior.

Os objectivos dos eixos são assim atingidos através da definição de quatro subprogramas, cada um com o seu conjunto de objectivos específicos, conforme mostra a Tabela 2.

| | Sub-programa 1 | Sub-programa 2 | Sub-programa 3 | Sub-programa 4 |
|------------|---|--|--|---|
| Nome | Promoção da competitividade | Gestão sustentável do espaço rural | Dinamização das zonas rurais | Promoção do conhecimento e do desenvolvimento de competências |
| Objectivos | <p>Reestruturar e desenvolver o potencial físico e humano;</p> <p>Promover a inovação;</p> <p>Melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas.</p> | <p>Proteger os valores ambientais e paisagísticos em zonas agrícolas e florestais da Rede Natura 2000 e outras;</p> <p>Proteger os recursos hídricos e o solo;</p> <p>Contribuir para a atenuação das alterações climáticas;</p> <p>Contribuir para o uso continuado e sustentável das terras agrícolas em zonas desfavorecidas.</p> | <p>Diversificar a economia rural;</p> <p>Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais;</p> <p>Desenvolver competências nas zonas rurais.</p> | <p>Aumentar o conhecimento e melhorar o potencial humano;</p> <p>Promover a inovação.</p> |

Tabela 2 – Objectivos de cada Sub-Programa do PEN.

2. O que é a AAE?

A legislação europeia exige que seja realizada uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) como parte da Avaliação Ex-Ante do PDRc. A AAE é uma ferramenta que integra preocupações ambientais no processo de decisão / planeamento de forma iterativa. Situa-se a um nível de avaliação ambiental mais elevado que a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), visto esta ser feita ao nível do projecto (Tabela 3). Dado a política estar já definida, bem como os sectores estratégicos de actuação, a presente avaliação visa o PDRc.

| Instrumento | Descrição | Decisão | Tipo de avaliação |
|-----------------|--|-------------------------------|-------------------|
| Política | Definição da política de Desenvolvimento Rural. | Quais os objectivos? | AAE |
| Plano (PEN) | Definição dos eixos de acção e das prioridades estratégicas e afectação de recursos entre estas. | O que será incentivado? | |
| Programa (PDRc) | Definição das medidas, acções e sub-acções, bem como da afectação de recursos entre estas; Definição de condições de acesso a ajudas; Definição de indicadores. | Como deve ser apoiado? | |
| Projecto | Estudo dos impactes do projecto, definindo se este cumpre os critérios dispostos nos níveis anteriores. | O projecto merece apoio? | AIA |

Tabela 3 – Instrumentos de Desenvolvimento Rural e forma de avaliação ambiental correspondente.

A Directiva 2001/42/CE² é o documento comunitário que regula o processo. Esta estipula como grandes objectivos (1) a protecção do ambiente, (2) a contribuição para a integração dessa preocupação na preparação e adopção do Plano/Programa e (3) a contribuição para processos de tomada de decisão mais transparentes.

As fases de AAE podem ser descritas da seguinte forma:

Fase A – Definição de contexto e objectivos, estabelecendo cenários de base e decidindo a abrangência do estudo (*screening*);

Fase B – Desenvolvimento e refinamento de alternativas (*scoping*) e determinação de efeitos;

Fase C – Preparação do Relatório Ambiental;

Fase D – Consulta do Programa provisório e Relatório Ambiental;

Fase E – Monitorização dos efeitos significativos da implementação.

² Entretanto transposta para o direito nacional através do Dec. Lei nº 232/2007 de 15 de Junho.

3. Método usado na AAE do PDRc

A presente AAE foi realizada por uma equipa coordenada pelo Instituto Superior Técnico, e utilizou informação (na forma de dados e relatórios) proveniente do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) e de outras instituições nacionais e internacionais, bem como a legislação ambiental relevante e informação científica em publicações de referência.

Nesta AAE, de acordo com as recomendações da legislação comunitária, começou-se por identificar o estado actual do ambiente em diversos temas, sobretudo na sua ligação com o Mundo rural nacional. Isto foi feito com base em dados e tendências obtidos de organismos de informação e documentos legais.

Seguidamente, foram determinados os impactes previsíveis sobre esta situação de referência fruto das acções previstas no PDRc. Foram também estudadas as medidas de mitigação e controlo de eventuais efeitos negativos da aplicação dessas medidas, e sugeridas estratégias.

Por fim, foi sugerido um mecanismo de controlo baseado numa escolha de indicadores ambientais que são, no acrónimo inglês, SMART, isto é, específicos, mensuráveis, alcançáveis, realistas e temporizados. É dada especial atenção aos indicadores que já são preconizados por outros instrumentos de política.

A preparação da presente AAE contou ainda com duas fases de consulta: uma consulta de âmbito, na qual foi avaliada a completude do âmbito da Avaliação, e uma consulta pública, na qual o documento foi disponibilizado para leitura e comentário em toda a sua abrangência.

4. Síntese da caracterização da situação de referência

Da Tabela 4 à Tabela 7 apresenta-se uma análise SWOT alargada, que serve como diagnóstico geral do estado do ambiente, com especial ênfase na sua interface com a agricultura e o mundo rural.

| S (Pontos fortes) | |
|--------------------------|---|
| AEL | Boa qualidade de água para consumo Balanço bruto de nutrientes com valor reduzido |
| PA | Boa qualidade do ar |
| AC | Evolução positiva da eco-eficiência |
| Ene | Evolução positiva da eco-eficiência Ultrapassagem das metas internacionais para energias renováveis |
| Solo | Diminuição da poluição do solo, sobretudo devido a menor recurso a pesticidas |
| POT | Sistemas agrícolas e florestais de alto valor paisagístico e de biodiversidade (nomeadamente pseudo-estepe cerealífera, vinha, montado) em vastas áreas |
| Bio | Grande parte da biodiversidade a preservar depende da manutenção do uso agrícola, pastoril e florestal Importância e dimensão da floresta, com aumento de povoamentos de maior valor ambiental |
| RNT | |
| RR | Baixo nível de capitação nacional de resíduos |
| OT | Utilização crescente de modos de produção amigos do ambiente |

Tabela 4 – Análise SWOT de síntese do diagnóstico do ambiente – Pontos fortes.
AEL – Água e Efluentes Líquidos; PA – Poluição Atmosférica; AC – Alterações Climáticas;
Ene – Energia; Solo – Solos; POT – Paisagem e Ordenamento do Território;
Bio – Biodiversidade; RNT – Riscos Naturais e Tecnológicos; RR – Recursos e Resíduos;
OT – Outros Temas ou Transversais.

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
RESUMO NÃO TÉCNICO
VERSÃO FINAL**

| W (Pontos fracos) | |
|--------------------------|--|
| AEL | Procura da água espacial e temporalmente desajustada em relação às disponibilidades hídricas Escassa disponibilidade de água e diminuição dos seus parâmetros de qualidade, sobretudo no Sul Uso ineficiente da água Zonas localizadas com poluição por nitratos |
| PA | Ocorrência de incêndios, com emissões de poluentes atmosféricos |
| AC | Ocorrência muito frequente de incêndios |
| Ene | Baixa eficiência energética Forte dependência de fontes de energia não renováveis importadas |
| Solo | Condições naturais desfavoráveis das zonas Mediterrânicas Diminuta percentagem de solos de elevada qualidade Parte dos solos de elevada qualidade encontram-se já impermeabilizados. |
| POT | Assimetrias sociais e demográficas Planeamento e ordenamento desadequados nas áreas agrícolas e florestais, em particular nas áreas naturais classificadas Dificuldade de coordenação entre os principais actores institucionais, públicos e privados, responsáveis por políticas e intervenções com impacte territorial Estrutura fundiária fragmentada Perda de integridade das galerias ripícolas Erosão costeira acelerada Desrespeito pelo património natural e construído (incluindo arqueológico) Falta de discriminação positiva de áreas sujeitas a exigências administrativas pesadas na temática ambiental |
| Bio | A biodiversidade nacional está a decrescer em espécies indicadoras |
| RNT | Competição de espécies invasoras (ex: Acacia) com nativas Falta de informação acerca da ecologia das espécies invasoras e seus efeitos sobre os ecossistemas locais Elevada intensidade de incêndios florestais Taxas de acumulação de biomassa elevadas Queima de pastagens em fases iniciais de sucessão pelos pastores Pouca estruturação empresarial e baixo nível de qualificação dos profissionais Maior susceptibilidade do montado a pragas, doenças e incêndios |
| RR | Deficiente gestão dos efluentes agro-pecuários Aumento na produção de resíduos acima da taxa de crescimento económico Quadro legal e institucional vasto e disperso Lacuna de enquadramento para definição de RA Reduzida implementação de SGA Desconhecimento dos processos de gestão associados a alguns resíduos Envio para deposição de grande parte dos subprodutos e resíduos Reduzida disponibilidade de tecnossistemas habilitados a processar RA |
| OT | Baixo nível técnico e de capacidade de gestão das explorações agrícolas e florestais |

**Tabela 5 – Análise SWOT de síntese do diagnóstico do ambiente – Pontos fracos.
AEL – Água e Efluentes Líquidos; PA – Poluição Atmosférica; AC – Alterações Climáticas;
Ene – Energia; Solo – Solos; POT – Paisagem e Ordenamento do Território;
Bio – Biodiversidade; RNT – Riscos Naturais e Tecnológicos; RR – Recursos e Resíduos;
OT – Outros Temas ou Transversais.**

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
RESUMO NÃO TÉCNICO
VERSÃO FINAL**

| O (Oportunidades) | |
|--------------------------|--|
| AEL | Aplicação do Plano Nacional da Água, como forma de racionalização do uso da água |
| PA | |
| AC | Necessidade de cumprir os acordos de Quioto, dinamizando os sumidouros de carbono da agricultura e das florestas Existência de sistemas agrícolas e florestais com potencial de fixação de carbono Aproveitamento e valorização, nomeadamente energética, de sub-produtos agrícolas e florestais |
| Ene | Condições naturais para a produção de energias renováveis Existência de biomassa proveniente de subprodutos e resíduos agrícolas e florestais com aproveitamento energético Papel económico e social do investimento em energias alternativas de proveniência agro-florestal Valorização crescente das energias renováveis |
| Solo | Potencial de práticas agrícolas sustentáveis melhorarem a estrutura do solo (sementeira directa, pastagens biodiversas) |
| POT | Crescente procura do espaço e produtos rurais para actividades turísticas (rurais, naturais e cinegéticas) Fixação de dunas para arborização Valorização crescente do papel multifuncional da floresta |
| Bio | Algumas zonas em Portugal assumem especial relevância para espécies exclusivamente dependentes de habitats agrícolas e florestais |
| RNT | Implementação de instrumentos legais de prevenção e minimização de risco e actuação em situações de emergência |
| RR | Inovação tecnológica complementada com a melhoria do capital humano e aumento da eco-eficiência Dinamização de mercados de matéria orgânica e de biomassa a partir de subprodutos agrícolas e florestais para a sua adequada utilização na fertilização racional de culturas e valorização, respectivamente Produção de biogás |
| OT | |

**Tabela 6 – Análise SWOT de síntese do diagnóstico do ambiente – Oportunidades.
AEL – Água e Efluentes Líquidos; PA – Poluição Atmosférica; AC – Alterações Climáticas;
Ene – Energia; Solo – Solos; POT – Paisagem e Ordenamento do Território;
Bio – Biodiversidade; RNT – Riscos Naturais e Tecnológicos; RR – Recursos e Resíduos;
OT – Outros Temas ou Transversais.**

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
RESUMO NÃO TÉCNICO
VERSÃO FINAL

| T (Ameaças) | |
|--------------------|--|
| AEL | Variabilidade climática com ocorrência cíclica de fenómenos extremos como a seca. |
| PA | |
| AC | Risco inerente à não aplicação das medidas do PNAC associadas à gestão de pastagens e gestão agrícola |
| Ene | |
| Solo | Riscos de desertificação física e degradação dos solos |
| POT | Risco elevado de marginalização em vastas áreas do território Alterações no uso da terra: abandono ou intensificação da actividade agro-florestal e artificialização de solos com elevada qualidade agrícola Perda de sistemas criados pela actividade agro-silvo-pastoril Pressão do turismo e da economia residencial sobre os recursos naturais e os espaços agrícolas (Douro Interior; zona costeira) |
| Bio | Impacte das alterações climáticas na biodiversidade Práticas de gestão de terra e alterações no uso da terra (abandono, intensificação, artificialização) Propagação de espécies invasoras Perda de raças autóctones |
| RNT | Aumento errático de espécies florestais exóticas em regime de monocultura Efeitos dos OGM sobre a saúde humana Aumento do risco de cheias |
| RR | |
| OT | Incêndios Florestais |

Tabela 7 – Análise SWOT de síntese do diagnóstico do ambiente – Ameaças.
AEL – Água e Efluentes Líquidos; PA – Poluição Atmosférica; AC – Alterações Climáticas;
Ene – Energia; Solo – Solos; POT – Paisagem e Ordenamento do Território;
Bio – Biodiversidade; RNT – Riscos Naturais e Tecnológicos; RR – Recursos e Resíduos;
OT – Outros Temas ou Transversais.

Com base nesta análise ambiental, foi possível determinar um conjunto de potencialidades e dificuldades do mundo rural nacional. De uma maneira geral, pode considerar-se que os temas diagnosticados com situação de base positiva são **poluição atmosférica e biodiversidade** e os temas diagnosticados com situação de base negativa são **água e efluentes líquidos, alterações climáticas, energia, solos, paisagem e ordenamento do território e riscos naturais e tecnológicos.**

Para mais fácil visualização do estado do ambiente em cada tema, a Tabela 8 apresenta a avaliação da situação de base e as tendências de evolução (sem PDRc).

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
 RESUMO NÃO TÉCNICO
 VERSÃO FINAL**

| | Situação actual | Tendência de evolução (sem PDRc) |
|---|-----------------|----------------------------------|
| 1. Água e efluentes líquidos | - | = |
| 2. Poluição atmosférica | ++ | = |
| 3. Alterações climáticas | -- | = |
| 4. Energia | - | ↗ |
| 5. Solos | - | = |
| 6. Paisagem e ordenamento do território | - | ↘ |
| 7. Biodiversidade | + | ↘ |
| 8. Riscos naturais e tecnológicos | - | ↘ |
| 9. Recursos e resíduos | - | = |

Tabela 8 – Tabela de síntese do diagnóstico do estado do ambiente (sem PDRc).
 ++ Muito positivo; + Positivo; - Negativo; - - Muito Negativo.

5. Quais os resultados da AAE do PDRc?

Com a presente avaliação pode concluir-se que o Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Continente cumpre os seus objectivos com um balanço ambiental positivo, sendo no entanto de salientar que nem todas as oportunidades passíveis de serem aproveitadas efectivamente o são. A presente avaliação determinou que, sobretudo as medidas que visam o desenvolvimento económico e social poderiam também trazer vantagens ambientais, tal como algumas medidas introduzidas por razões ambientais poderiam aumentar o desempenho económico.

É relevante em primeiro lugar uma análise da relação directa entre os principais pontos fracos e ameaças identificados no diagnóstico da situação de referência e as medidas preconizadas no plano. Esta análise é apresentada na Tabela 9.

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
RESUMO NÃO TÉCNICO
VERSÃO FINAL**

| Principais pontos fracos e ameaças | Objectivos específicos dos Sub-programas |
|--|---|
| Baixo nível de instrução e qualificação profissional dos activos Baixo nível técnico e de capacidade de gestão das explorações agrícolas e florestais | <i>Sub-programa 1 – Promoção da competitividade</i> Promover a qualificação dos activos humanos com prioridade no apoio a ofertas de formação específicas direccionadas para objectivos de projecto (instalação de jovens agricultores, planos integrados de fileira ou intervenções territoriais) e no apoio à procura de formação no quadro de projectos de investimento. <i>Sub-programa 4 – Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências</i> Melhorar as condições de prestação de serviços de organizações de agricultores e outros intervenientes junto dos destinatários. |
| Uso ineficiente da água | <i>Sub-programa 1 – Promoção da competitividade</i> Modernizar os regadios colectivos tradicionais. Promover a sustentabilidade dos regadios públicos. |
| Desertificação e erosão | <i>Sub-programa 2 – Gestão sustentável do espaço rural</i> Proteger os recursos hídricos e o solo. Promover os modos de produção sustentáveis. Promover a integração dos custos de sustentabilidade. |
| Gestão sustentável e ordenamento das terras e das florestas | <i>Sub-programa 2 – Gestão sustentável do espaço rural</i> Garantir as condições necessárias à manutenção da situação ambiental do território continental. Promover a melhoria da gestão ambiental do sector florestal. Assegurar a coerência na aplicação dos diversos instrumentos de política de conservação e biodiversidade. Promover os modos de produção sustentáveis. Promover a integração dos custos de sustentabilidade. |
| Manutenção e preservação de sistemas de alto valor natural e paisagístico | <i>Sub-programa 2 – Gestão sustentável do espaço rural</i> Incentivar a manutenção da paisagem rural e a conservação e a promoção de sistemas de exploração agrícola sustentáveis. Assegurar a coerência na aplicação dos diversos instrumentos de política de conservação e biodiversidade. |
| Risco inerente à não aplicação das medidas do PNAC associadas à gestão de pastagens e gestão agrícola | <i>Sub-programa 2 – Gestão sustentável do espaço rural</i> Incentivar a manutenção da paisagem rural e a conservação e a promoção de sistemas de exploração agrícola sustentáveis. Contribuir para a atenuação das alterações climáticas |
| Incêndios florestais | <i>Sub-programa 1 – Promoção da competitividade</i> Promoção da gestão florestal sustentável <i>Sub-programa 2 – Gestão sustentável do espaço rural</i> Contribuir para a diminuição dos riscos de incêndios através do ordenamento do território e da melhoria da competitividade do sector florestal. |
| Desvitalização social e económica das áreas rurais | <i>Sub-programa 4 – Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências</i> Promover a diversificação de actividades dentro e fora das explorações agrícolas. Apoiar o desenvolvimento de serviços de apoio às empresas e população locais. |

Tabela 9 – Cruzamento entre os principais pontos fracos e ameaças identificadas no diagnóstico da situação de referência e os objectivos dos Sub-Programas do PDRc.

Numa análise por medidas, a análise mais extensa, por ser aquela que potencialmente poderia apresentar efeitos mais significativos, reportou-se à medida que incide sobre regadios. Esta

medida, em conjunto com a medida de inovação e a de manutenção da actividade agrícola, absorve grande parte do orçamento, pelo que a sua análise deve ser especialmente cuidadosa, e os seus impactes ambientais ganham uma dimensão considerável.

Numa análise por temas, a presente avaliação conclui que, na maior parte das medidas, os impactes serão positivos ou nulos. É ainda de destacar que os principais efeitos ambientais negativos significativos que poderão resultar da aplicação das medidas e acções do programa foram acautelados pelo documento. Os temas ambientais seguintes parecem ser especialmente beneficiados:

- **Solos**, nomeadamente devido à promoção da mobilização mínima, da sementeira directa e das pastagens biodiversas, no âmbito das medidas do Sub-programa 2.

- **Alterações climáticas**, através sobretudo de (1) as medidas florestais, (2) o apoio à produção integrada e à agricultura biológica, e (3) os investimentos de requalificação ambiental. (1) A promoção da gestão florestal sustentável, a melhoria produtiva dos povoamentos florestais e a protecção da floresta contra incêndios, permite reduzir os incêndios, e portanto as emissões de gases de efeito de estufa, e simultaneamente potenciar a capacidade de sumidouro de carbono da floresta. (2) O apoio à produção integrada e à agricultura biológica inclui a possibilidade de compromissos adicionais de sementeira directa e de pastagens biodiversas, sistemas com uma elevada capacidade de fixação de carbono através do aumento da matéria orgânica do solo. (3) A promoção de sistemas de tratamento dos efluentes de pecuárias intensivas, com aproveitamento para biogás, permitirá reduzir as emissões de gases de efeito de estufa. Neste tema, não há propriamente efeitos negativos excepto nas medidas de regadio, por via das necessidades energéticas para rega. Porém, na maioria das restantes medidas há efeitos positivos (e em muitos casos muito positivos), o que claramente mais que compensa o efeito referido.

- **Biodiversidade e Paisagem e ordenamento do território**, devido às políticas do Eixo II, na maioria com incidência territorial, permitindo a integração dos objectivos de conservação nos instrumentos de gestão da política agrícola; de facto, como apontado pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000, a via contratual para a gestão activa da Rede Natura 2000, a desenvolver no contexto do desenvolvimento rural, prefigura-se como mais eficaz e eficiente na obtenção de resultados de conservação, sobretudo com proprietários e gestores, nos sectores agrícola, florestal e de pastorícia. Com o desenrolar do programa, será desejável o alargamento das intervenções a outras áreas da Rede Natura 2000, capitalizando a experiência progressivamente ganha com a implementação das Intervenções Territoriais Integradas (ITI's) já previstas. No âmbito deste tópico, a única preocupação são os níveis unitários de apoio para as ITI, que poderão ser demasiado baixos para proporcionar a adesão desejada.

- **Riscos naturais e tecnológicos**, através das medidas florestais, permitindo reduzir os riscos de incêndio, e da formação profissional, permitindo reduzir os riscos de acidentes de trabalho.

Estes são os temas onde o efeito positivo é mais pronunciado, não obstante existirem também acentuadas melhorias em alguns temas restantes. Em outros casos, como para os descritores poluição atmosférica, resíduos ou recursos, não se prevê que os efeitos sejam significativos, para além de que a análise da situação de referência mostrou que estes são temas em que o estado do ambiente é relativamente positivo. No tema energia, existem efeitos negativos; no entanto, o impacte é previsivelmente diminuto, dado o peso específico de cada medida que para ele contribui.

Um dos temas, **água e efluentes líquidos**, foi estudado em maior profundidade, dada a sua importância e o peso que possui na programação. Neste, há uma contribuição positiva pela promoção de medidas de manutenção e recuperação da vegetação ribeirinha e ripícola, bem

como à redução da contaminação por nitratos. Há ainda a destacar que é dada primazia à eficiência no uso da água, mediante acções específicas de reconversão de regadios menos eficientes, e das condições impostas aos regadios mais recentes, nomeadamente em termos de gestão eficiente de rega por sistemas de precisão e da adopção de sistemas de captação superficial, em detrimento de captações subterrâneas, bem como do incentivo da monitorização de consumos e qualidade. Por outro lado, as áreas abrangidas pelo regadio serão áreas com maior produtividade primária. Adicionalmente, todos os empreendimentos estão enquadrados no Plano Nacional da Água.

Porém, o facto de todos os impactes terem sido pensados e contemplados no âmbito do programa não implica que, ainda assim, eles não venham a existir. Nomeadamente, é previsível a existência de um impacte no descritor água, por via de consumo e contaminação de águas subterrâneas e superficiais, que pode ser causado pelos novos projectos de regadio. Visto grande parte da programação no regadio se centrar em Alqueva, foi possível à equipa consultar as Avaliações de Impacte Ambiental disponíveis. Dessa informação, concluiu-se que os possíveis impactes são considerados pela normativa imposta nas Declarações de Impacte Ambiental e poderão sê-lo também através do financiamento de medidas de minimização via taxa de recursos hídricos imposta pela Lei da Água. No entanto, em algumas componentes, a normativa imposta pelas Declarações de Impacte Ambiental não é vinculativa em termos de práticas dos agricultores, não se garantindo a ausência de impactes negativos. Por outro lado, por forma a cumprir o critério de eco-eficiência da utilização da água (valor acrescentado da produção por unidade de consumo realizado) deve ser garantido que as práticas culturais apoiadas nas novas zonas de regadio são aquelas com mais valor e menor consumo.

Da Tabela 10 à Tabela 13 encontra-se a análise SWOT completa que resultou do processo de AAE do PDRc.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
RESUMO NÃO TÉCNICO
VERSÃO FINAL

| | |
|----------|--|
| S | (Pontos fortes) |
| AEL | Racionalização da política da água, com optimização de técnicas de rega Incentivo à utilização eficiente e monitorização da água em regadios privados Controlo da admissão de projectos de regadio Exigências impostas pelas AIA dos blocos de regadio Extensa documentação e plano de monitorização de qualidade de água de rega Gestão ambiental integrada em zonas vulneráveis de nitratos |
| PA | |
| AC | Promoção dos Planos de Gestão Florestal Apoio de sistemas com capacidade de sequestro de carbono (como pastagens biodiversas) |
| Ene | Promoção de culturas energéticas renováveis Apoio à utilização de sub-produtos para obtenção de energia |
| Solo | Promoção de sementeira directa e pastagens biodiversas como técnicas de conservação |
| POT | Prioridade dos projectos florestais para as áreas mais adequadas Prioridade para as entidades gestoras de ZIF e áreas agrupadas Elaboração do cadastro florestal das freguesias no Norte, Centro e nos Sítios de Monchique e Caldeirão Ocupação equilibrada do território |
| Bio | Preservação e melhoria genética de raças autóctones Promoção da multifuncionalidade da floresta portuguesa Melhoria das bases de dados oficiais relativa aos animais Formação de uma rede de cooperação para a conservação dos Recursos Fitogenéticos Desenvolvimento de medidas com aplicação territorial nas ITI (mais ajustadas às situações regionais/locais) |
| RNT | Diminuição de riscos tecnológicos por desconhecimento de operações |
| RR | Utilização eficiente dos recursos como condicionante dos investimentos (como garante de sustentabilidade do desenvolvimento) Valorização de efluentes e gestão de fontes de poluição |
| OT | Criação e expansão de sistemas de distribuição ligados a produtos de qualidade Valorização da produção de qualidade Promoção da incorporação dos serviços ambientais na valorização de mercado do produto Obrigatoriedade de cumprir um mínimo de regras ambientais em toda a exploração Adequação edafo-climática das espécies florestais a instalar Promoção de intervenções florestais integradas Diversificação de actividades Incentivos em função da qualificação geral e responsabilidade social e ambiental das empresas florestais Promoção das melhores condições ambientais e de bem-estar animal Ganhos de eficiência que permitam poupar recursos no longo prazo Apoio ao desenvolvimento serve simultaneamente todos os objectivos estratégicos do PEN, e interligação dos diferentes Eixos Aconselhamento no cumprimento da condicionalidade Generalização da aplicação da condicionalidade Promoção da certificação florestal |

**Tabela 10 – Análise SWOT de síntese da avaliação dos efeitos do Programa – pontos fortes (S).
AEL – Água e Efluentes Líquidos; PA – Poluição Atmosférica; AC – Alterações Climáticas; Ene – Energia; Solo – Solos; POT – Paisagem e Ordenamento do Território; Bio – Biodiversidade; RNT – Riscos Naturais e Tecnológicos; RR – Recursos e Resíduos; OT – Outros Temas ou Transversais.**

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
RESUMO NÃO TÉCNICO
VERSÃO FINAL

| | |
|----------|--|
| W | (Pontos fracos) |
| AEL | Aumento do consumo de água |
| PA | |
| AC | |
| Ene | Acréscimo do consumo de energia devido aos sistemas de rega |
| Solo | |
| POT | Construção de novas infra-estruturas em detrimento da requalificação e aproveitamento de infra-estruturas já existentes |
| Bio | Impacte imediato na biodiversidade por conversão de sequeiro para regadio Número reduzido de ITIs face às áreas Rede Natura 2000 onde as actividades agrárias são importantes |
| RNT | |
| RR | Pressão sobre recursos locais Consumo de recursos, matérias-primas e produção de resíduos na construção de novas infra-estruturas e aquisição de máquinas |
| OT | Não são estabelecidos compromissos referentes ao aproveitamento da biomassa florestal que resulte das várias intervenções Falta de dados quantitativos sobre a generalidade da situação actual para cada ITI Apoio a agricultores que não iriam abandonar a actividade |

Tabela 11 – Análise SWOT de síntese da avaliação dos efeitos do Programa – pontos fracos (W). AEL – Água e Efluentes Líquidos; PA – Poluição Atmosférica; AC – Alterações Climáticas; Ene – Energia; Solo – Solos; POT – Paisagem e Ordenamento do Território; Bio – Biodiversidade; RNT – Riscos Naturais e Tecnológicos; RR – Recursos e Resíduos; OT – Outros Temas ou Transversais.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
RESUMO NÃO TÉCNICO
VERSÃO FINAL

| | |
|----------|---|
| O | (Oportunidades) |
| AEL | |
| PA | |
| AC | |
| Ene | Promoção da utilização de energias renováveis Utilização dos resíduos animais para produção de energia |
| Solo | |
| POT | Preservação, manutenção e recuperação de paisagens |
| Bio | Instalação de novas espécies em novos ecossistemas de regadio, com aumento da biodiversidade no longo prazo Melhoramento das raças Conservação e recuperação de valores naturais em áreas designadas da RN2000 |
| RNT | Melhoria dos conhecimentos relativos a pragas e doenças florestais Redução do risco de incêndio, de cheias, de pragas e doenças florestais |
| RR | Possibilidade de sinergias no sector dos resíduos (bolsa de resíduos) Implementação de tecnossistemas habilitados a processar resíduos agrícolas |
| OT | Reconversão de povoamentos mal adaptados Recurso a melhores tecnologias disponíveis Qualificação ou especialização técnico profissional dos activos envolvidos Promoção de componentes da cultura regional e/ou nacional Política da qualidade (também ambiental) para comercialização de produtos Promoção da multifuncionalidade da floresta portuguesa Aumento da sustentabilidade do sector florestal Aposta em marcas de qualidade de reconhecida excelência ambiental Recuperação do potencial produtivo florestal afectado por agentes bióticos e abióticos Serviços ambientais como contributo para o desenvolvimento económico Projectos de turismo sustentável Incorporação da valorização ambiental dos recursos locais nos aspectos de melhoria de qualidade de vida das populações Melhoria da gestão nos sectores agro- florestal e agro-alimentar, acrescida pela formação ambiental Possibilidade de valorização comercial de raças autóctones |

**Tabela 12 – Análise SWOT de síntese da avaliação dos efeitos do Programa – oportunidades (O).
AEL – Água e Efluentes Líquidos; PA – Poluição Atmosférica; AC – Alterações Climáticas; Ene – Energia; Solo – Solos; POT – Paisagem e Ordenamento do Território; Bio – Biodiversidade;
RNT – Riscos Naturais e Tecnológicos; RR – Recursos e Resíduos; OT – Outros Temas ou Transversais.**

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
RESUMO NÃO TÉCNICO
VERSÃO FINAL

| | |
|----------|--|
| T | (Ameaças) |
| AEL | Possível diminuição da eco-eficiência da utilização de água por ocupação cultural com consumo elevado para o valor acrescentado que gera Projectos em zonas sensíveis Intensificação cultural por aumento da área regada |
| PA | |
| AC | Incumprimento do PNAC (na parte relativa ao sector agro-florestal) |
| Ene | Produção e utilização de culturas para biocombustíveis insustentáveis para as condições nacionais |
| Solo | |
| POT | |
| Bio | Insuficiência de adesão (na medida 2.4) |
| RNT | Aumento do risco de incêndio (beneficiação de acessos) |
| RR | Construção de novas infra-estruturas em detrimento de uma aposta clara na requalificação e aproveitamento de infra-estruturas já existentes Consumo de matérias-primas e produção de resíduos na construção de novas infra-estruturas e reconversão de equipamentos |
| OT | Apoio a agricultores que não iriam abandonar a actividade |

**Tabela 13 – Análise SWOT de síntese da avaliação dos efeitos do Programa – ameaças (T).
AEL – Água e Efluentes Líquidos; PA – Poluição Atmosférica; AC – Alterações Climáticas; Ene – Energia; Solo – Solos; POT – Paisagem e Ordenamento do Território; Bio – Biodiversidade; RNT – Riscos Naturais e Tecnológicos; RR – Recursos e Resíduos; OT – Outros Temas ou Transversais.**

O PDRc deve essencialmente actuar sobre os pontos negativos na situação de referência que são passíveis de ser alterados. Na análise de diagnóstico, esses foram maioritariamente considerados ameaças. Então, para verificar se o PDRc dá resposta às ameaças identificadas na situação de referência, cruzou-se esse ponto da SWOT de diagnóstico (Tabela 7) com os pontos fortes da avaliação que lhes dão resposta (Tabela 10). O cruzamento apresenta-se na Tabela 14. Verifica-se que, na generalidade das ameaças, o PDRc apresenta resposta, excepto para algumas ameaças à Paisagem e Ordenamento do Território e a Riscos Naturais e Tecnológicos. Porém, nesses casos, encontra-se fora do âmbito do PDRc o fornecimento de uma resposta, como é exemplo a ameaça dos efeitos dos OGM na saúde humana.

**AValiação Ambiental Estratégica do
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
RESUMO NÃO TÉCNICO
VERSÃO FINAL**

| Ameaças no diagnóstico | | Pontos fortes do PDRc que dão resposta às ameaças |
|-------------------------------|---|---|
| AEL | Variabilidade climática com ocorrência cíclica de fenómenos extremos como a seca. | Racionalização da política da água, com optimização de técnicas de rega Incentivo à utilização eficiente e monitorização da água em regadios privados Controlo da admissão de projectos de regadio |
| AC | Risco inerente à não aplicação das medidas do PNAC associadas à gestão de pastagens e gestão agrícola | Promoção do Plano de Gestão Florestal Apoio de sistemas com capacidade de sequestro de carbono (como pastagens biodiversas) |
| Solo | Riscos de desertificação física e degradação dos solos | Promoção de sementeira directa e pastagens biodiversas como técnicas de conservação |
| POT | Risco elevado de marginalização em vastas áreas do território Alterações no uso da terra: abandono ou intensificação da actividade agro-florestal e artificialização de solos com elevada qualidade agrícola Perda dos sistemas criados pela actividade agro-silvo-pastoril Pressão do turismo e da economia residencial sobre os recursos naturais e os espaços agrícolas (Douro Interior; zona costeira) | Prioridade dos projectos para as áreas mais adequadas Prioridade para as entidades gestoras de ZIF e áreas agrupadas Ocupação equilibrada do território |
| Bio | Impacte das alterações climáticas na biodiversidade Práticas de gestão de terra e alterações no uso da terra (abandono, intensificação, artificialização) Propagação de espécies invasoras Perda de raças autóctones | Desenvolvimento de medidas com aplicação territorial nas ITI (mais ajustadas às situações regionais/locais) Preservação e melhoria genética de raças autóctones Promoção da certificação florestal Generalização da aplicação da condicionalidade Melhoria das bases de dados oficiais relativa aos animais Formação de uma rede de cooperação para a conservação dos Recursos Fitogenéticos |
| RNT | Aumento errático de espécies florestais exóticas em regime de monocultura Efeitos dos OGM sobre a saúde humana Aumento do risco de cheias | Prioridade dos projectos florestais para as áreas mais adequadas Diminuição de riscos tecnológicos por desconhecimento de operações Condições de acesso e compromissos nas ITI: Eliminação de espécies lenhosas exóticas e manutenção da área agrícola e agro-florestal livre de infestantes arbustivas Promoção da sementeira directa, pastagens biodiversas, beneficiação de povoamentos, recuperação do potencial produtivo, acções de correcção torrencial, manutenção de galerias ripícolas |
| OT | Incêndios Florestais | Obrigatoriedade de cumprir um mínimo de regras ambientais em toda a exploração Adequação edafo-climática das espécies florestais a instalar Promoção de intervenções florestais integradas, nomeadamente ao nível das medidas 1.3, 2.3 e 2.4 Diversificação de actividades Incentivos em função da qualificação geral e responsabilidade social e ambiental das empresas florestais Prioridade dos projectos florestais para as áreas mais adequadas |

Tabela 14 – Comparação das ameaças da situação de referência com os pontos fortes do PDRc que lhes dão resposta.

AEL – Água e Efluentes Líquidos; PA – Poluição Atmosférica; AC – Alterações Climáticas; Ene – Energia; Solo – Solos; POT – Paisagem e Ordenamento do Território; Bio – Biodiversidade; RNT – Riscos Naturais e Tecnológicos; RR – Recursos e Resíduos; OT – Outros Temas ou Transversais.

Foi ainda realizada uma análise de verificação de perspectivas de adesão a algumas medidas. Por exemplo, tentou verificar-se se é expectável que as adesões pretendidas ao Modo de Produção Biológico (MPB) e Modo de Produção Integrada (MPRODI) sejam conseguidas com o nível de ajudas estabelecido.

Para o efeito, começaram por ser contrapostos os níveis de apoio para MPB e MPRODI no período de programação anterior e no novo período de programação. Verifica-se que os apoios agora propostos são significativamente inferiores nos casos das culturas arvenses de sequeiro em ambos os modos e da vinha em MPRODI. Porém, em todos os casos, os apoios são, no mínimo, próximos dos do anterior período, e em muitos casos superiores. Registe-se no entanto que os apoios para o compromisso adicional de sementeira directa ou mobilização na linha são significativamente inferiores aos do período passado.

Mas o simples facto dos apoios serem inferiores não implica necessariamente uma adesão mais baixa, apenas o risco de que isso aconteça (note-se, aliás, que é de esperar que haja aumentos de eficiência ao longo do tempo e que as restrições base a que os agricultores já estão sujeitos aumentaram, nomeadamente através da implementação da condicionalidade). Por forma a levar a análise mais longe, foi realizada outra análise, que contrapôs o nível da ajuda com uma estimativa do custo de adesão para o agricultor. Com base na informação do GPP, foram somados todos os custos resultantes das restrições da acção, mais a perda de rendimento por aderir. Verifica-se que o apoio é adequado para compensar os custos nos primeiros escalões, mas não para os últimos escalões de área.

No caso das ITI, esta compensação nem sempre ocorre, mesmo para os primeiros escalões de área.

Esta análise implica, em resumo, que existe algum risco de não adesão, que obrigará a uma monitorização activa durante o período de vigência do PDRc.

6. Conclusões e sugestões

Concluiu-se, em resumo, que as maiores vantagens ambientais ocorrem ao nível dos solos, alterações climáticas, paisagem e ordenamento do território e biodiversidade, sendo o impacto sobre o descritor água incerto. Confrontando esta informação com a análise da situação de referência, verifica-se que três das grandes vantagens apontadas ocorrem ao nível de descritores identificados como actualmente problemáticos – solos, alterações climáticas e ordenamento, o que é um facto a realçar. Porém, o tema da água é também particularmente sensível.

Para além desta incerteza, existem várias oportunidades de melhoria e sugestões apontadas pelo processo de AAE, que são indicadas seguidamente:

- Algumas condições de acesso garantem que existe interligação entre eixos, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de escoamento de mercado para os produtos de qualidade. Seria, ainda assim, desejável que a separação entre eixos não fosse, em outros momentos, tão vincada, e que existissem garantias que as situações *win-win* fossem recompensadas como tal, ou seja, que quando há benefícios tanto ambientais como económicos tal fosse especialmente incentivado.
- Existem algumas ameaças à adesão por parte dos agricultores. Recomenda-se que decorra monitorização activa desta ameaça e que seja dada resposta em tempo útil.
- Deverá ser criado um sistema de monitorização ambiental através de indicadores que, para as principais ameaças registadas, meça o desempenho, e deverão ser estabelecidas acções correctivas céleres em caso de evolução negativa. A Tabela 15 mostra uma proposta da AAE para conseguir isto mesmo.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2007-2013 DO CONTINENTE
RESUMO NÃO TÉCNICO
VERSÃO FINAL

| Indicador | Tendência esperada | Resposta em caso inverso |
|---|---------------------------|--|
| Ecoeficiência na utilização de água | Aumento | Admissão de projectos competitivos mas com baixo consumo de água; No caso do Alqueva, persecução do cenário mais eco-eficiente em termos de água, dos dispostos em Teixeira <i>et al.</i> (2005). |
| Balanço bruto de nutrientes | Diminuição | Imposição de técnicas de rega controlada em zonas sensíveis. |
| Balanço global do carbono no sector agro-florestal (Sequestro-Emissões) | Aumento | Melhoria das práticas de gestão agro-florestais; Revisão dos apoios a pastagens biodiversas e sementeira directa. |
| Variação do nível de ameaça das variedades apoiadas (ao nível das ITI e da acção 2.2 – protecção da biodiversidade doméstica) | Melhoria | Alteração das modulações se houver fraca aderência e/ou alteração das práticas de gestão contempladas nas medidas, com vista a contribuir para a melhoria do nível de ameaça das variedades respectivas. |
| Investimentos envolvendo energias renováveis ou resíduos de outras actividades | Aumento | Alteração de condições de acesso, compromissos e níveis de apoios em medidas (sobretudo 1.1) que contemplem investimentos em energias renováveis. |
| Área sob condicionalidade | Aumento | Alteração de condições de acesso, compromissos e níveis de apoios em medidas, nomeadamente nas respeitantes a ITI. |
| Área apoiada afectada por incêndios /Área afectada nacional | Diminuição | Alteração de condições de acesso, compromissos e níveis de apoios por forma a incentivar a silvicultura preventiva. |
| Área apoiada destruída por pragas e doenças | Diminuição | Alteração de apoios por forma a promover a adopção de práticas florestais mais sustentáveis. |
| Área sujeita a desertificação | Diminuição | Revisão das especificações de determinados apoios, nomeadamente envolvendo sementeira directa, e promoção de pastagens biodiversas. |

Tabela 15 - Principais indicadores propostos e forma de dar resposta a uma eventual tendência não esperada.